

O Governo Lula é neoliberal

Em entrevista ao JE, Leda Maria Paulani, professora de economia da USP, diz porque afirma que o Governo Lula é neoliberal. “O Governo Lula vem agindo de modo a completar no país a agenda de reformas inspirada pelo neoliberalismo”, diz. O diagnóstico e a crítica dela coincidem com avaliações de diversas entidades da sociedade civil, como o Conselho Federal de Economia que, a convite do vice-presidente da República, José Alencar, apresentou um documento com 12 propostas de políticas que propiciem o desenvolvimento do país, reduzam a sua vulnerabilidade externa e promovam o aumento do consumo das famílias e a reforma agrária. Mesmas questões, por sinal, presentes na Carta de Campinas, cuja íntegra republicamos nesta edição.

Páginas 5 a 12

**Bolívia dominada
pelas incertezas**

Página 3

**Debate terá Stédile,
Plínio e Coutinho**

Página 16

EDITORIAL

A hora do desafio

O Governo Lula entrou na segunda metade de sua gestão sob uma implacável crise política, que abalou sua credibilidade e colocou em xeque a ética, a confiabilidade e o futuro do Partido dos Trabalhadores. A sucessão de denúncias convulsionou o Congresso, atropelando a governabilidade que hoje Lula tenta restaurar, buscando apoio no PMDB, aparentemente, mais sólido e orgânico.

Não é possível enxergar os horizontes desta crise. Os desdobramentos que virão são inimagináveis. Há um misto de perplexidade e expectativa, que se mesclam a sentimentos de frustração e indignação. Uma vez mais, uma conjuntura inesperada. Como não há problema sem solução, os dias pela frente serão de muita emoção e revelações que não deixarão lama sobre lama.

Mas há uma área no governo onde os problemas se acumulam, desde o seu primeiro dia – a economia. Contudo, sem a mesma visibilidade que agora expõe o campo político e da administração pública. Não é de hoje que aqui, no *JE*, sucessivos artigos têm chamado a atenção para o caráter da política econômica em curso: segue a mesma agenda do governo FHC, até nas práticas mais

como as de contingenciamentos de investimentos nas áreas sociais. Se é verdade que a esperança venceu o medo, disso não resultou uma vitória sobre os desafios para retirar da miséria, das ruas e do desemprego amplas massas da população brasileira. São esses os focos desta edição.

Ocupam nossas páginas uma entrevista com Leda Maria Paulani, da USP, presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política, que realizou, em maio, o encontro do qual resultou a Carta dos Economistas, cuja íntegra publicamos nesta edição. Paulani expõe as razões de porque o Governo Lula é neoliberal.

Vocalizando o encontro de Campinas, o vice-presidente da República convidou o presidente do Cofecon para uma avaliação da conjuntura econômica. José Alencar queria saber de Sidney Pascotto o que pensam os economistas. E recebeu destes um documento com 12 propostas que apontam para prioridades como o mercado interno, o aumento do consumo das famílias, reforma agrária, distribuição de renda, redução de juros e da vulnerabilidade externa.

Compromissos que, cada vez mais, unificam parcelas mais amplas da sociedade.

Uma boa leitura. ■

Sumário

- Página 3** Uma incerteza chamada Bolívia – Gisele Rodrigues
- Página 5** Conjuntura – Economistas levam críticas a José Alencar
- Página 6** Política Econômica – Por uma economia que reduza a exclusão
- Página 8** Entrevista – Leda Maria Paulani ▶

- Página 11** X Encontro da SEP – É hora de enfrentar os desafios
- Página 13** Notícias do Corecon – Cursos investem na qualificação
- Página 15** Fórum Popular de Orçamento – Pan para todos os gostos
- Página 16** Dia do Economista – Debate terá Stédile, Plínio e Coutinho



O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Mello. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

INTERNACIONAL Gisele Rodrigues*

Uma **incerteza** chamada Bolívia



Tal mudança tem como ponto de apoio um referendo convocado pelo ex-presidente e realizado em julho de 2004 (quadro ao lado):

Aprofundamento da crise

Após o plebiscito, o Congresso boliviano passou a se reunir para analisar os dois projetos de lei que foram apresentados: o do ex-presidente Mesa e o da Comissão Mista de Direito Econômico, apoiado pelo partido opositorista Movimiento al Socialismo (MAS), segunda força política no Congresso². Durante a tramitação, que durou cerca de 10 meses, Evo Morales³, líder dos agricultores plantadores de coca e do MAS, com fortes chances de chegar ao poder nas próximas eleições presidenciais, liderava bloqueios de estradas em várias regiões do país. Ao mesmo tempo, a COB tentava convocar greves nos setores de saúde e educação para pressionar o Congresso a aprovar uma legislação de caráter nacionalista.

A nova Lei de Hidrocarbonetos, promulgada no dia 17 de maio, tem forte inspiração no projeto de lei apoiado pelo MAS, que

acabou por derrotar o projeto de Mesa. Ela substituiu a legislação de 1996, que entregou o controle dos hidrocarbonetos a 20 empresas petrolíferas da Europa, Ásia, EUA, Brasil e Argentina, em troca de 16% de impostos e 18% de *royalties*.

Apesar das mudanças da nova lei que impôs, como pedia a oposição, restrições ao capital estrangeiro, os sindicatos e os partidos políticos opositoristas não se sentiram totalmente contemplados. Para eles, o novo texto não acolhe corretamente a consulta popular e, entre outras reivindicações, exigem a anulação dos contratos com as empresas estrangeiras e o aumento de 18% para 50% dos *royalties* pela exploração de gás e petróleo. Alguns segmentos (justamente os que lograram a renúncia de Mesa) só se contentam com a nacionalização total da indústria.

O MAS anunciou que apresentará um projeto para radicalizar a lei. A Câmara Boliviana de Hidrocarbonetos, que reúne as petrolíferas, afirmou, por sua vez, que suas afiliadas contestarão na Justiça as novas normas. “Esta lei tem um caráter confiscatório, que afeta direitos reconhecidos pelos contratos, leis e convênios internacionais”, afirma a entidade em nota distribuída à imprensa.

O presidente do Senado da Bolívia, Hormando Vaca Díez, promulgou no último dia 17 de maio a temida nova Lei de Hidrocarbonetos, que essencialmente aumentou os impostos sobre a exploração de gás e petróleo por empresas estrangeiras. O fato ocorreu depois que o ex-presidente Carlos Mesa decidiu não vetar nem fazer observações ao texto sancionado pelo Legislativo, nos 10 dias que lhe foram facultados constitucionalmente¹.

Mesa decidiu não vetar a nova Lei de Hidrocarbonetos, apesar de não aprová-la, diante dos protestos convocados pela Central Operária Boliviana (COB), grupos indígenas, e mineiros camponeses, que ainda querem a nacionalização do petróleo e do gás natural.

Porém, sua estratégia foi em vão. Inconformados com o “pouco grau de nacionalismo” da nova legislação, tais grupos provocaram uma onda gigantesca de novos protestos que culminou com a saída de Mesa. Assumiu o presidente da Suprema Corte, Eduardo Rodríguez – único nome aceito pelos manifestantes, com o compromisso de convocar eleições gerais o mais breve possível.

Referendo Popular sobre o Setor Petróleo

O referendo popular do dia 18 de julho de 2004 consistiu em cinco perguntas sobre o futuro da indústria de hidrocarbonetos do país e contou com a participação de 3 milhões de votantes (ou seja, mais de 50% dos eleitores do país, condição necessária para validade do pleito), e resultou em respostas afirmativas a todas as questões. As perguntas do referendo foram:

1. Você concorda que a atual lei de hidrocarbonetos deve ser alterada?
2. Você concorda que o Estado boliviano deve ter direitos sobre os hidrocarbonetos após a sua extração?
3. Você concorda que a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) [companhia de petróleo privatizada pelo ex-Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada] deveria ser restabelecida para controlar a produção de hidrocarbonetos?
4. Você concorda que o gás boliviano deveria ser usado para reconquistar acesso útil e soberano ao Oceano Pacífico?
5. Você concorda que o gás boliviano deveria ser exportado e que as multinacionais deveriam pagar 50% sobre os lucros esperados pelos direitos de exploração do gás boliviano. E que o governo deveria investir estes recursos em saúde, educação e infra-estrutura?

A Corte Nacional Electoral (CNE) ratificou os resultados do referendo na última semana de julho, afirmando que a Questão 1 recebeu 86,7% de votos afirmativos; a Questão 2, 92,2%; a Questão 3, 87,2%; a Questão 4, 55% e a Questão 5, 62%.

Mesmo que o atual governo esteja empenhado a cumprir fielmente sua agenda, o clima de incerteza na Bolívia está longe de ter um ponto final. A instabilidade política boliviana vem se agudizando desde 2003 (*vide* quadro abaixo) e não parece mostrar que vai terminar. A atual agenda política ainda inclui a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a realização de um plebiscito por uma maior autonomia das províncias ricas em petróleo e gás da região de “Media Luna” (Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando) e a eleição direta para os governadores das províncias.

Todo este clima de incerteza quanto aos marcos regulatórios do país, aliado a um aumento global dos tributos para 50% sobre a produção de hidrocarbonetos, poderá resultar na queda de investimentos exatamente no setor mais dinâmico da economia, ceifando empregos e emperrando o desenvolvimento do país. O investimento externo na exploração de gás natural resultou, desde 1997, em um aumento nas reservas de gás de 819%. Com reservas provadas e avaliadas em 1,48 trilhão de m³, em primeiro de janeiro de 2004, a Bolívia conta com a segunda maior reserva de gás natural da América do Sul (depois da Venezuela).

Entretanto, sem um marco regulatório estável que encoraje novos investimentos, é cada vez mais incerto se a Bolívia poderá realizar o potencial oferecido pelo gás e usá-lo como plataforma para escapar de sua atual condição de ser um dos países mais pobres da América Latina. Ao final das contas, “o tiro” dos nacionalistas poderá “sair pela culatra”, já que seu ideário poderá acabar indo de encontro aos próprios e legítimos interesses do povo boliviano.

Impactos da nova lei

Vejamos os possíveis impactos da nova legislação sobre os principais atores econômicos que atuam no país.

Argentina

Analistas do Banco Urquijo afirmam que a mudança da lei tem impacto negativo expressivo para a Repsol. Segundo eles, a Bolívia é um dos principais mercados da empresa, e representa 7% de sua produção e 20% das reservas totais da Repsol. Atualmente, a Argentina compra, diariamente, 4 milhões de m³ das companhias petrolíferas instaladas na Bolívia. Porém, o governo de Néstor Kirchner teme que essas empresas possam abandonar suas operações na Bolívia por causa da alta carga fiscal estabelecida pela nova lei. Por outro lado, existe um temor também relacionado às obras do Gasoduto do Nordeste, já que a nova lei aumenta o valor dos tributos, o que poderia complicar a sua construção. O presidente Kirchner esperava ampliar a importação de gás para 20 milhões de m³/d, nos próximos cinco anos, através do Gasoduto do Nordeste, para atender a demanda interna que não pára de crescer, desde o fim da crise. Com um investimento estimado em US\$ 1,3 bilhão, a ampliação da rede da TGN seria financiada pelo Estado e pelas empresas Techint e Repsol-YPF. No entanto, o governo argentino acredita que, agora, a nova lei torna o projeto inviável. Por isso, já iniciou estudos para a elaboração de um “plano B” de provisão de gás, o qual substituiria os poços do norte pelos da região da Patagônia e da plataforma marítima.

Brasil

Segundo alguns analistas, a nova lei poderá fazer com que a Petrobras passe a reescalonar ou defasar projetos. A Petrobras tem na Bolívia três projetos que podem vir a sofrer revisão: o pólo gás-químico, que fica na fronteira entre os dois países; um gasoduto no noroeste da Argentina, na fronteira com a Bolívia (para a entrada de gás no Brasil por Uruguaiana); e a expansão da exploração de petróleo naquele país. Estes projetos são desenvolvidos pela Petrobras com outras empresas, não estando sujeitos apenas a uma

decisão da estatal brasileira. É improvável uma saída da empresa da Bolívia, pelo menos no curto e médio prazo. Apesar das descobertas de novas reservas de gás natural em solo nacional, o Brasil hoje depende do gás boliviano para alimentar as termoeletricas e garantir o abastecimento crescente de residências e automóveis. Ademais, a Petrobras é responsável por mais de 10% do PIB boliviano e qualquer redução mais significativa de suas operações comprometeria a economia do país andino. Os analistas já apostam que para preservar as boas relações, e por ser incapaz de substituir num curto prazo a fonte de 24 milhões de m³ de gás importados da Bolívia (64% da demanda do país), a estatal terá de acatar as novas medidas impostas pela lei e arcar com os prejuízos da elevação dos impostos sobre o produto, que não poderão ser repassados para as distribuidoras nacionais, por causa dos contratos de longo prazo. Entretanto, não há nenhuma previsão de mudança no preço do gás natural comprado da Bolívia, em função da nova legislação boliviana. O preço está previsto no contrato e não é um preço *spot*, que pode ser alterado a qualquer momento.

Chile

Atingido por cortes nas importações de gás da Argentina no decorrer dos últimos 12 meses, o que vem colocando em xeque a continuidade do seu crescimento, a nova legislação boliviana só agrava a crise energética da nação. Diante da total impossibilidade de trazer gás da Bolívia para o país, dada a rivalidade política, o Chile está considerando construir um gasoduto até o Peru e planejando construir um terminal de US\$ 400 milhões para receber navios-tanque que transportam GNL. ■

* Economista



1 Segundo o Artigo 78 da Constituição boliviana, as leis não vetadas ou não promulgadas pelo presidente em dez dias desde sua recepção são automaticamente promulgadas pelo Congresso.

2 O partido que tem a maior representação política na Bolívia é o Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), do ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada, o Goni, com 36 deputados e 11 senadores, seguido pelo Movimiento al Socialismo (MAS), com 27 deputados e 8 senadores, pelo Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) de Jaime Paz, e do ex-presidente Paz Zamora, herdeiro da social-democracia, com 26 deputados e 5 senadores e pela Nueva Fuerza Republicana (NFR), de Manfred Reyes Villa, com 25 deputados e 2 senadores. Os quatro partidos - totalizando 114 deputados e 24 senadores - dominam amplamente a Câmara de 130 deputados e o Senado de 27 membros.

3 A plantação da coca é feita por pequenos agricultores e está intimamente relacionada com a cultura ancestral dos povos de origem indígena que habitam o território boliviano, não tendo relação direta com o tráfico internacional de cocaína, que exige o refino da pasta feita a partir da folhas de coca. O comércio das folhas na Bolívia está legalizado e tem fins terapêuticos, estando voltado para o combate, entre outras coisas, do mal-estar provocado pelas grandes altitudes dos Andes.

4 Esta agenda política, que ficou conhecida como o “Acordo de Outubro”, ainda incluía a promessa de convocação, de imediato, do já mencionado referendo (*vide* quadro) sobre as disposições básicas de uma nova lei de hidrocarbonetos, bem como a de fazer chegar ao Congresso um projeto de lei de hidrocarbonetos consistente com os resultados da consulta popular, ambas, conforme visto, já cumpridas por Mesa.

CONJUNTURA

Economistas levam críticas a José Alencar

Reunião discutiu os rumos da economia e um novo encontro ficou de ser marcado, com a presença de Lula e Palocci

Um documento com 12 propostas de políticas econômicas que, sem abrir mão da estabilização, reduza a vulnerabilidade externa e estimule o desenvolvimento, a partir da expansão do mercado interno, aumento do consumo das famílias e dos investimentos públicos e privados foi entregue ao vice-presidente da República, José Alencar, por dirigentes de entidades de economia.

O encontro aconteceu por iniciativa do próprio vice-presidente, que ligou para presidência do Conselho Federal de Economia e fez o convite ao presidente do Cofecon, Sidney Pascotto. “Ele pediu para eu ler um texto do economista Paulo Rabelo de Castro, que sugeria como um dos caminhos para segurar e diminuir a

influência do sistema financeiro a ampliação do CMN. Eu aceitei o convite e pedi a presença de mais alguns companheiros, propondo estender a agenda para mais três questões: Banco Central independente, controle de capitais e política industrial”, disse o presidente do Cofecon.

A reunião foi realizada no último dia 30 de maio, com a presença, além de Pascotto, do vice-presidente do Cofecon, Ney Jorge Cardin, do conselheiro do Corecon-RJ, Reinaldo Gonçalves, e do coordenador do Sindicato dos Economistas, Paulo Sérgio Souto. Alencar concordou com a ampliação da pauta e, no encontro, segundo Pascotto, houve identidade de pontos de vista. Ficou o compromisso dele em marcar um novo encontro, desta vez, com a presença do presidente Lula e do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Na reunião, Alencar falou da preocupação dele com a taxa de juros, que aumenta a dívida e exige aumento também do superávit primário, deixando a economia em xeque. Os economistas reafirmaram a importância do controle de capitais, lembrando que o volume de saída de capitais, no Brasil, foi recorde no ano

passado e no primeiro trimestre deste ano, também.

No encontro, a pauta terminou sendo ampliada e se discutiu a reforma agrária. “Para ele”, relata Pascotto, “o ideal seria fazer uma reforma agrária modelo. Ou seja, pegar uma grande área de terra e alojar todas as famílias do MST, mostrando que isso seria viável. Nós, economistas, achamos que não. É preciso, primeiro, tirar as famílias dos acampamentos e assentá-las. Mas, não basta dar a terra. Tem que dar estrutura também. A reforma agrária não pode se realizar sem preparação, assistência técnica, suporte, sem regularizar a situação dos acampados”, disse.

Fim do Copom

Os economistas frisaram que o país ainda não dispõe de uma política industrial, tema que tem sido abordado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e que teve a concordância do vice-presidente da República. Na área financeira, os economistas defenderam a extinção do Conselho de Política Monetária, o Copom.

“Nós entendemos que ele precisa ser excluído, porque este Conselho não cumpre um papel positivo para a sociedade. Há pânico nos dias que antecedem às suas reuniões, causando aquela expectativa: será que a taxa será mantida ou haverá novo aumento?”, disse Pascotto. Já em relação à proposta de ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN), defendida por algumas correntes de economistas e entidades da socie-

dade civil, os economistas se disseram contrários. Por que?

“Somos contra a ampliação do CMN, com a integração de representantes da sociedade civil e entidades, porque esta é uma área estritamente técnica. Portanto, não tem sentido introduzir discussões políticas”, afirmou o presidente do Cofecon, acrescentando também a posição contrária à tão propalada independência do Banco Central.

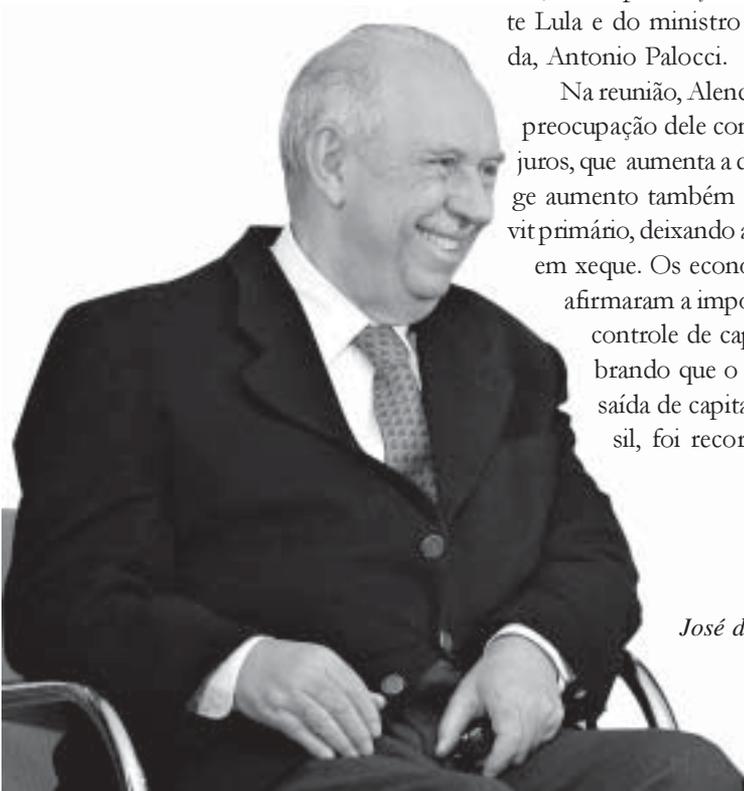
“O Banco Central é um instrumento importante na construção da política monetária do país. Essa independência significa deixar os interesses do BC a serviço dos interesses dos bancos inter-



Sidney Pascotto

nacionais. Hoje, isso já acontece. Os atores que dirigem o BC são oriundos do sistema financeiro privado e internacional”, frisou.

Os economistas entregaram um documento de análise da economia brasileira, com 12 propostas de medidas econômicas e políticas, entre as quais, a redução dos juros, o controle do fluxo de capitais e a auditoria da dívida externa. A íntegra deste documento está nas páginas seguintes.



José de Alencar

POLÍTICA ECONÔMICA

Por uma economia que reduza a exclusão

No encontro dos economistas, tendo à frente o Conselho Federal de Economia, com o vice-presidente da República, José Alencar, foi entregue uma Carta ao Governo Lula com propostas para uma política econômica alternativa, de combate à exclusão e à desigualdade, cuja íntegra publicamos a seguir.

A política econômica do atual governo parece ter sido definida com o propósito principal de garantir a governabilidade. O pressuposto é que a estratégia da “linha de menor resistência” – ou seja, o conjunto de políticas ortodoxas – criaria um quadro de maior estabilidade política. Para reduzir as resistências dos grupos dominantes e a pressão internacional, o governo tem realizado políticas monetária, fiscal e salarial restritivas, e implementado medidas para a maior liberalização cambial, comercial e financeira. Inclusive, alguns órgãos importantes para a gestão macroeconômica foram entregues a representantes de determinados grupos dominantes.

E, portanto, nada mudou. O fato fundamental é que polí-

ticas macroeconômicas e medidas tributárias e previdenciárias têm convergido no sentido de consolidar um modelo marcado pela crescente vulnerabilidade externa e exclusão social. E isso caracteriza um grave erro estratégico.

O primeiro resultado desse erro é que a realidade brasileira atual distancia-se cada vez mais de um projeto de desenvolvimento com crescente inclusão social, fortalecimento institucional, menor vulnerabilidade externa e assentado em bases nacionais.

O segundo resultado é que o “tiro saiu pela culatra”. Ou seja, o desarranjo macroeconômico atual tem gerado sérios problemas econômicos e sociais que, por seu turno, têm provocado tensões crescentes na esfera política e nas relações institucionais. As políticas ortodoxas ineficazes e inconsistentes têm gerado graves problemas de governança, que comprometem a própria governabilidade.

Para ilustrar o argumento, tomemos o caso da política monetária, mais especificamente, a política de juros altos focada em metas irrealistas de inflação. Esses juros – os maiores juros reais do mundo – inviabilizam qualquer ajuste fiscal e impõem enormes restrições aos orçamentos do

setor público nas esferas da União, estados e municípios. Esse fato caracteriza a atual incoerência da política macroeconômica.

Esses juros também inibem os investimentos privados e o consumo das famílias. Como resultado imediato, deve-se destacar que a expansão da economia brasileira fica cada vez mais dependente da demanda externa por produtos primários e, portanto, agrava-se o já sério quadro de vulnerabilidade externa do país.

É urgente a reversão dessa situação. A questão central reside na implementação de um conjunto de políticas consistentes focadas na estabilização macroeconômica, no desenvolvimento e na redução da vulnerabilidade externa. A estabilização deve ser entendida no seu sentido mais robusto: controle da inflação, crescimento da renda, geração de emprego, acumulação de capital, aumento de produtividade e robustez das finanças públicas.

O desenvolvimento exige melhor distribuição de riqueza e renda, redução do desemprego, crescente investimento público na infra-estrutura econômica e social, maiores gastos na educação e na saúde, e expansão da previdência social. Desenvolvimento também implica construção e fortalecimento das instituições. As atuais políticas econômicas e as medidas tributárias e previdenciárias recentes impossibilitam a estabilização macroeconômica, o desenvolvimento social e o fortalecimento das instituições.

É ingenuidade imaginar que maiores coeficientes de exportação significam, necessariamente,

redução da vulnerabilidade externa. Os desequilíbrios de fluxos e estoques da economia brasileira continuam sérios e, em alguns casos, se agravando. A elevação das exportações, em uma conjuntura internacional particularmente favorável, não afrouxa significativamente a restrição externa de um país marcado por fortes desequilíbrios de estoque (passivo externo), pela crescente liberalização cambial e financeira e com enorme vulnerabilidade externa nas esferas comercial, tecnológica, produtiva e monetário-financeira.

Propostas

Desde o início do atual governo, o Conselho Federal de Economia tem apresentado propostas e apoiado sugestões de outros atores da sociedade civil, no sentido de se construir um conjunto de políticas econômicas consistentes com a estabilização, a redução da vulnerabilidade externa e o desenvolvimento assentado, em grande medida, na expansão da absorção interna (consumo das famílias, investimento privado e gastos públicos). Dentre essas políticas, vale destacar:

1. Redução significativa da taxa de juro básica (Selic), que serve para remunerar os títulos públicos e, portanto, a taxa de juro passa a ser focada no ajuste das contas públicas;
2. A taxa de redesconto deve ser desvinculada da taxa Selic e, assim, quando houver inflação de demanda, o BC passar a usar ativamente a taxa de redesconto, os depósitos compulsórios e o IOF para regular o crédito;





3. À medida que a economia se aproximar de uma situação de pleno emprego, estabelecer uma política de rendas pactuada, com vistas a assegurar a continuidade do crescimento com relativa estabilidade de preços;
4. Promover mudanças imediatas no sistema de reajuste das tarifas de serviços de utilidade pública, no sentido de eliminar o atual sistema de indexação;
5. Promover a redução do *spread* e dos custos dos serviços prestados pelos bancos, por meio da implementação efetiva de medidas de defesa do consumidor e de combate às práticas comerciais restritivas dos bancos;
6. Auditoria da dívida externa pública e privada;
7. Interrupção da captação de recursos externos pelo setor público, redução da dívida externa do setor público e recomposição contínua das reservas internacionais, como um aspecto estratégico da gestão macroeconômica;
8. Reversão da atual liberalização cambial e financeira, via maior controle das contas de serviços, financeira e de capitais do balanço de pagamentos, para impedir a evasão de divisas;
9. Administração da taxa de câmbio em nível real favorável às exportações e à substituição das importações, e compatível com o equilíbrio dos fluxos de capitais externos;
10. Implementar diferentes tipos de medidas para redução da vulnerabilidade externa nas esferas comercial (imposto de exportação sobre *commodities*), produ-

va (avaliação benefício-custo social dos projetos de investimento externo direto no país) e tecnológica (controle dos pagamentos no exterior e fortalecimento do sistema nacional de inovações);

11. Reverter o processo de desnacionalização dos setores de produtos não comercializáveis internacionalmente, de modo a reduzir a rigidez das contas externas do país (o que implica cancelar o programa Parceria Público-Privado);

12. Programa de dispêndio público voltado para uma expansão e melhora dos serviços públicos básicos, assim como para investimentos de infra-estrutura, sobretudo transporte, energia, habitação e saneamento, e apoio vigoroso à agricultura familiar e à reforma agrária.

Para romper a atual trajetória marcada pela má gestão macroeconômica, perda de governança e de governabilidade é necessário que haja reversão da atual política econômica. É importante destacar que não se trata de afrouxar marginalmente a meta de inflação e o superávit primário, controlar capitais especulativos, fazer reformas administrativas ou mudar a composição de órgãos responsáveis pela política econômica. Medidas dessa natureza não mudam a essência dos graves problemas que se acumulam.

A questão central não é de natureza técnica ou administrativa. Trata-se, essencialmente, de decisões políticas, mais especificamente, de vontade e coragem para mudar. O fundamental é a implementação de um conjunto de políticas econômicas que sejam consistentes entre si e que, ao mesmo tempo, sejam convergentes com um modelo de desenvolvimento com efetiva redução da exclusão, da desigualdade e da vulnerabilidade externa.

No que se refere, especificamente, ao Conselho Monetário

Nacional, órgão deliberativo máximo da política macroeconômica, não se recomenda a sua ampliação com participantes não-governamentais nos processos deliberativos. Como responsável pelas diretrizes, consistência e coerência da política macroeconômica, o CMN não pode se transformar num foro político de acomodação de interesses setoriais e particulares. Esses interesses podem se manifestar nas inúmeras comissões consultivas previstas para funcionamento no âmbito do CMN. A politização aumenta o risco de perda de coerência e consistência das políticas. Essa ampliação acarreta, também, a diluição da responsabilidade quanto à gestão macroeconômica.

Quanto ao Comitê de Política Monetária (Copom), a sua sistemática operacional - de metas para a inflação e para a taxa de

juro básica - cria uma regra medíocre de política monetária (taxa de juro função da variação de expectativas inflacionárias). Ademais, essa regra provoca ênfase exacerbada no papel da taxa de juros na estabilidade monetária e negligencia mudanças no *mix* da política monetária (depósito compulsório, taxa de redesconto e quantidade de moeda).

Quando da sua criação em 1996, o objetivo do Copom foi aumentar a transparência e a comunicação das decisões de política monetária. Contudo, as decisões do Conselho provocam, frequentemente, turbulência e desconforto dos agentes econômicos e do próprio governo. Isso acontece em decorrência da superexposição das decisões do Copom e do foco exagerado da taxa de juros no combate à inflação. Recomenda-se, então, a extinção do Copom. ■

GAZETA MERCANTIL

DESCONTO ESPECIAL PARA ASSOCIADOS DO CORECON

Assinatura com 50% DE DESCONTO

Semestral	Por: R\$ 189,00 à vista	
De: R\$ 378,00	ou em até 6 parcelas de	R\$ 31,50
Anual	Por: R\$ 378,00 à vista	
De: R\$ 756,00	ou em até 6 parcelas de	R\$ 63,00

no cartão de crédito ou boleto em até 3x

Ligue e assine: (21) 2323 1028

ENTREVISTA Leda Maria Paulani, professora de Economia da USP.

“O governo Lula

Além de professora de economia da USP, Leda Maria Paulani também preside a Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), que recentemente realizou encontro em Campinas, onde aprovou um texto final que republicamos, nesta edição (pág. 11). A *Carta de Campinas* complementa, de certa forma, esta entrevista, concedida ao *JE* através do correio eletrônico. A *Carta* nos traz as propostas do que seria uma política econômica alternativa à que vigora no Governo Lula, cujos mandatários na área econômica buscam sempre enfatizar que não haveria outra alternativa. “Alternativas existem hoje, como existiam há dois anos e meio”, defende a *Carta*, alinhando uma série de propostas. Paulani acentua duas questões presentes na atual conjuntura: a afirmação do professor Chico de Oliveira, de que está em curso no Governo Lula um “seqüestro da sociedade civil” e o fato de, neste modelo, qualquer crescimento ser desestabilizador e precisar ser combatido com a alta dos juros.



mo, é o melhor arranjo social que a humanidade já pôde inventar. Assim, o principal objetivo das práticas de política econômica que prega é reconduzir o mercado ao lugar que de direito lhe pertence e que, segundo seus advogados, vinha sendo usurpado pelo crescente papel do Estado, seja do Estado que intervém para regular a demanda efetiva, seja do Estado que é empresário e investe puxando o crescimento econômico, seja do Estado que produz bens públicos, seja do Estado que garante a seguridade social. O Governo Lula, em seu conjunto, vem agindo de modo a completar no país a implementação da agenda de reformas inspirada pelo neoliberalismo. Do ponto de vista macroeconômico, *stricto sensu*, esse governo poderia pelo menos ter sinalizado que iria começar a traçar (mesmo que fosse suavemente) uma mudança de rumo. Mas fez o contrário. Assim, ao invés de batalhar por uma redução do já elevado superávit primário (3,75% do PIB), elevou-o voluntariamente para 4,25%. Ao invés de começar a reduzir os juros (que já haviam sofrido uma brusca elevação em dezembro de 2002 atingindo 22% anuais), aumentou-o para 26%. Não contente promoveu, em fevereiro, se não me falha a memória, uma elevação no desconto bancário que significou um corte de 10% nos meios de pagamento da economia.

JE – O Banco Central e o Copom têm justificado a elevação dos juros e a manutenção da Selic nas alturas de 19,75% ao ano como fundamental para o combate à inflação. Qual a sua opinião e o que a professora pensa a respeito do sistema de metas de inflação?

Paulani – Aqui me valho de especialistas em índices de preços, que são praticamente unânimes em avaliar a impropriedade de um regime de metas em um ambiente de forte presença de preços administrados (alguns estimam em 30%, outros em 40% o peso desses preços nos diferentes índices) e de regime de câmbio flutuante. (Em 2002, de nada adiantou o regime de metas quando o terrorismo eleitoral fez a taxa de câmbio sofrer uma abrupta elevação.) Nessas circunstâncias, eleger a taxa de juros como a arma primordial

Jornal dos Economistas – A professora tem apontado que a política econômica do Governo Lula é neoliberal. Por que?

Leda Maria Paulani – No livro que lancei recentemente (“Modernidade e Discurso Econômico”, São Paulo, Boitempo, 2005) e que é uma versão ligeiramente modificada de minha tese de livre-docência defendida na USP no ano passado, eu mais ou menos traço a história concreta e teórica do neoliberalismo, cujo pai intelectual é Hayek. Mostro ali que o neoliberalismo é uma doutrina e uma coleção de práticas de política econômica. É uma doutrina porque parte da crença de que a economia de mercado, ou seja, o capitalis-

a é neoliberal”

do controle inflacionário é algo que gira em falso e traz perversas conseqüências do ponto de vista do produto e do emprego.

JE – *A professora afirmou, em uma entrevista, que o processo inflacionário e a valorização do dólar já mostravam sinais de arrefecimento, acomodação e recuo na passagem de 2002 para 2003. Isso significa que as medidas econômicas adotadas logo no início do Governo Lula não seriam necessárias?*

Paulani – O que disse é que todo mundo sabia que, assim que fosse integralmente absorvido o impacto da elevação do câmbio sobre os preços internos, a taxa de inflação voltaria a seus níveis anteriores (em maio de 2003 vários dos indicadores tiveram inclusive variação negativa). Disse também que como a taxa de câmbio estava superdesvalorizada ela também sinalizava favoravelmente do ponto de vista das expectativas inflacionárias (depois de ter subido tanto, sua tendência seria inevitavelmente a queda, uma vez assimilado o novo governo pelo mercado). Portanto, havia espaço (que é maior do que aquele que há hoje) para mudanças. Dizem aqueles que estão no dia-a-dia do mercado que, àquelas alturas, o efeito Lula já estava devidamente “precificado”, indicando claramente o espaço, ainda que reduzido, que existia então para uma mudança de rumo. Mas, para surpresa de todos, o novo governo não cobrou a fatura.

JE – *Como analisa as afirmações do ministro da Fazenda, Antonio Palloci, que diz ser a política econômica atual aquela que levará o país a um crescimento sustentado?*

Paulani – Considero-as absolutamente falaciosas. Nesta lógica da credibilidade que preside e dá as linhas mestras desse modelo

não há lugar para o crescimento sustentado. Como diz a *Carta de Campinas* (documento aprovado no X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política), neste modelo, o crescimento econômico (em nome do qual se diz que ele é adotado) aparece como uma ameaça. Qualquer pequena aceleração no ritmo de crescimento já deixa os gestores da política econômica de cabelo em pé – e tome taxa de juros para “desaquecer” a economia. Então, não há como imaginar que da insistência na utilização dessa política saiam as condições para o crescimento sustentado da economia brasileira.

JE – *O crescimento de 0,3% do PIB no primeiro trimestre é apenas um resultado pontual ou mostra uma tendência de reversão da retomada da economia?*

Paulani – Bem, por tudo que já foi dito imagino que vocês adivinhem qual minha opinião. Claro que não se trata de um resultado pontual. Não podemos nos esquecer que, desde a metade do ano passado, o Copom vem aumentando sistematicamente a taxa de juros (só agora, em junho, não houve elevação, mas foi quase um ano de aumento ininterrupto). Seria um milagre se não tivesse acontecido nada com o ritmo de crescimento do produto. Além disso, não podemos igualmente esquecer que também o câmbio vem, desde meados do ano passado, se valorizando perigosamente, chegando hoje a níveis sobre os quais já se pode dizer que se trata de uma reedição da farra cambial acontecida no Governo FHC. Ora, como há um *lag* entre as mudanças abruptas no câmbio e o comportamento da balança comercial, creio que as conseqüências dessa farra ainda estão por ser vistas e elas só não serão maiores graças à conjuntura internacionalmente favorável aos preços dos bens que têm grande peso na pauta de exportações do Brasil. Sendo assim, haverá uma pressão desaceleradora sobre o componente da demanda agregada, que foi, sem nenhuma dúvida, o grande responsável pela retomada do crescimento em 2004 (as exportações). Fora isso, o consumo continua tolhido pela queda dos rendimentos do trabalho, o investimento pela desmesurada taxa de juros e

A política externa do governo é ambígua. Dá uma no cravo e outra na ferradura. Cria o grupo dos 22, mas manda tropas ao Haiti. Faz a Cúpula América do Sul – Países Árabes, mas joga tudo que pode contra a renegociação argentina

os gastos públicos pela exigência de superávits draconianos. Dá para acreditar que os 0,3 % foram apenas um acidente de percurso?

JE – *A política externa do atual governo é a mais elogiada, mesmo entre os críticos da ortodoxia econômica. Concorda com esta avaliação positiva?*

Paulani – A política externa do governo é ambígua. Dá uma no cravo e outra na ferradura. Cria o grupo dos 22, mas manda tropas ao Haiti. Faz a Cúpula América do Sul – Países Árabes, mas joga tudo que pode contra a renegociação argentina. Não acho que seja possível separar as coisas desta forma. Se no plano interno a política aplicada é francamente defensora dos interesses que não são os nacionais nem os que jogam a favor da imensa maioria da população, muito estranho seria se no plano externo estivesse sendo desenhada e praticada uma verdadeira política de enfrentamento com os interesses do grande capital e dos países hegemônicos, particularmente, os Estados Unidos. De fato, também aqui, o Governo Lula perdeu e está perdendo uma chance histórica de liderar o continente e levantá-lo. Fernando Henrique também tinha essa condição. Mas seu projeto nunca foi o de um governo democrático e popular que estrategicamente zelasse pelos interesses da América Latina como um todo. O mesmo não se pode dizer de Lula e do PT.

JE – *Nas atuais circunstâncias, com a deflagração da crise política a partir das denúncias de corrupção, há alguma possibilidade de mudança de rumo na economia?*

Paulani – Como disse anteriormente creio que o preço a pagar por uma alteração de

O Governo Lula perdeu e está perdendo uma chance histórica de liderar o continente e levantá-lo

rumo é agora muito maior do que antes. Como não se cobrou a fatura no devido tempo, ela prescreveu. Agora, portanto, a manutenção da tão propalada credibilidade externa só se efetiva a um preço muito mais elevado (taxa de juros nas alturas, superávits ainda mais draconianos etc.). Claro que nesse contexto o surgimento de uma crise política dessa dimensão e que produziu a impensável demissão do todo poderoso da Casa Civil só contribuiu para agravar essa situação, fazendo o preço da mudança subir ainda mais. Mas não creio que isso preocupe o Planalto, pois não me parece haver nenhuma intenção de mudar de rota. Nesse sentido, aliás, a queda de José Dirceu facilita ainda mais as coisas, pois Palocci fica estrela solitária e não tem mais de, a cada passo, disputar a primazia política, travando uma luta surda com a outra estrela. Em outras palavras, dentro do próprio governo haverá agora, creio, menos pressão contrária às políticas ensandecidas da Fazenda e do Banco Central.

JE – *Que conclusões a professora retira do atual momento que o país vive?*

Paulani – Falo aqui apenas como cidadã de meu país e militante do PT ao longo de mais de 20 anos. Meu instrumental teórico não me permite fazer uma análise mais rigorosa dessas questões estritamente políticas, tais como sistema partidário, alianças e governabilidade (afinal, sou só uma economista). Evidentemente, de meu ponto de vista, a escolha das alianças eleitorais em 2002 já causava enorme preocupação. Com essas alianças, nos perguntávamos: como conseguirá o PT fazer um governo genuíno, ético e fiel a seu programa? Em todo caso, prevaleceu em muitos de nós a ilusão de que se tratava simplesmente de uma aliança estratégica, absolutamente necessária para fazer a elite engolir o sapo barbudo. Mas, cedo se percebeu que não se tratava de nada disso. Governo empossado, as alianças continuaram e foram se tornando cada



Em um contexto como esse seria preciso um batalhão de ousados empresários schumpeterianos para que a economia deslanchasse

vez mais conservadoras (incorporando PTB, PP etc.) e elas foram sendo necessárias não para aprovação de projetos de inegável interesse da Nação, mas para projetos que violam a Constituição, como a reforma da Previdência, ou projetos de interesse no mínimo duvidoso, como o dos transgênicos. Acho que o Brasil vive, para muitos de nós, que tivemos nossa história política ligada a esse partido, e para a esquerda de modo geral, um momento de profundo desalento. Mas, para a parcela da população que tinha pânico de ver Lula e o PT instalados no planalto central, o atual governo, com crise política e tudo,

tem se revelado uma grata surpresa. Do ponto de vista dos interesses dessa parcela, esse governo tem ainda a vantagem de conseguir tolher e abafar a capacidade de luta e de contestação de movimentos sociais fortes como o MST. O professor Francisco de Oliveira referiu-se a esse processo de uma forma que me parece lapidar. Segundo ele, por meio do Governo Lula está em curso um processo de

“seqüestro da sociedade civil”. É exatamente o que eu acho. Mas isso não quer dizer que politicamente o governo não sofra contestação. Ainda que não haja disputa de projetos, pois os projetos de ambos são rigorosamente idênticos, continua uma acirrada disputa pelo poder entre as duas agremiações partidárias que nasceram nos estertores da ditadura e que hoje dominam a cena política, PSDB e PT. É evidente que a crise interessa ao PSDB, pois enfraquece Lula e diminui as chances de sua reeleição. Mas o que não dá para aceitar é a tese de que se trata aí de uma armação política dos tucanos com a mídia para desestabilizar o Governo de Lula. Che-

ga-se à estupidez de se falar em golpe da direita. Mas, como assim golpe “da direita”? Por acaso, esse governo é de esquerda? E, de novo, como assim, “golpe”? Até onde consigo enxergar, golpes só se colocam no horizonte quando grandes interesses são ameaçados (vide Chavez na Venezuela). Mas este não é, de modo algum, o caso do Governo Lula, antes o contrário (vide a reforma agrária, que não sai do lugar).

JE – *Alguma questão que a professora gostaria de abordar e que não estão presentes nas perguntas formuladas?*

Paulani – Gostaria de retomar a caracterização feita do atual governo como um governo neoliberal. O que é preciso ter claro é que o neoliberalismo não se deve apenas à ortodoxia macroeconômica, ainda que ela seja parte disso. Trata-se de uma concepção completa de governo e que inclui, entre outras coisas, a redução da política econômica à agenda micro (já que os graus de liberdade na condução da política macro são tomados como nulos). Nesse desenho, cabe ao governo tão-somente a preparação do ambiente de negócios, a garantia do respeito aos contratos, a criação e manutenção de atrativos ao capital estrangeiro, em outras palavras, uma espécie de versão institucional da chamada *supply-side economics*. Enquanto se prepara o lado da oferta para o crescimento, faz-se o contrário com o lado da demanda, por todas as razões já enunciadas. Em um contexto como esse seria preciso um batalhão de ousados empresários schumpeterianos para que a economia deslanchasse. Do lado das questões sociais, ao invés de se preparar o Estado para a melhoria de qualidade e para a universalização do fornecimento de bens públicos, comprime-se o papel do Estado e, numa espécie de reconhecimento implícito de que tal modelo não é mesmo para todos, concede-se uma esmola à imensa parcela pauperizada e desarraigada da população (compare-se os R\$ 150 bilhões anuais gastos com juros aos R\$ 10 bilhões anuais gastos com programas sociais). Essa concepção de política social não é estranha ao neoliberalismo, muito ao contrário. Faz parte do figurino. ■

Chega-se à estupidez de se falar em golpe da direita. Mas, como assim golpe “da direita”? Por acaso, esse governo é de esquerda?

X ENCONTRO DA SEP

Carta de Campinas

É hora de enfrentar os desafios

Realizado entre os dias 24 e 27 de maio último, o X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP) aprovou a Carta de Campinas, cuja íntegra publicamos a seguir. Nela, a defesa de uma política alternativa, voltada para o resgate de uma política social que tenha como foco o solidarismo e a universalização dos bens públicos.

A economia brasileira patina há um quarto de século. A crise das dívidas transformou os anos de 1980 na década perdida. A década seguinte foi ainda mais funesta: a agenda neoliberal foi adotada e vendida como programa de “modernização” da nação. O que resultou disso foi o aumento da vulnerabilidade externa e o aprofundamento da secular desigualdade social do País.

A vitória de Lula nas eleições de 2002 acenou para a possibilidade de inversão dessa trajetória, mas o novo governo não apresentou um projeto alternativo à agenda neoliberal. A submissão incondicional da economia brasileira aos movimentos do capital financeiro destruiu mais esta esperança. A política monetária ortodoxa, que, em ambiente de câmbio flexível e forte presença de preços administrados, pretende controlar a inflação por meio de um modelo de metas, sufoca a possibilidade de crescimento sustentado, pois o próprio crescimento aparece como variável desestabilizadora e provoca imediatos aumentos de uma taxa de juros já muito elevada.

A sociedade não pode mais tolerar que se troque o emprego dos brasileiros pelo sucesso dessa política. Ao contrário, é preciso renegociar as políticas de reajuste dos preços dos monopólios



privados de serviços de utilidade pública e restaurar o controle sobre a política cambial, abolindo a livre movimentação de capitais de curto prazo.

O controle sobre os fluxos de capital é também condição fundamental para que o Brasil consiga se livrar da armadilha da vulnerabilidade externa. Mesmo com resultados promissores na conta corrente, o País ainda não conseguiu livrar-se dessa armadilha, já que a liberdade desses fluxos, combinada à maior taxa de juros do planeta, produz apre-

ciação da moeda nacional em resposta à intensificação da entrada de divisas. O governo nada faz frente a esse temerário movimento do câmbio, porque o aumento do estoque de reservas custa muito caro aos cofres públicos, dado o desmesurado preço do serviço da dívida e porque interessa a utilização do câmbio como âncora do sistema de preços. Fecha-se assim o círculo vicioso da “credibilidade” que aprisiona a economia brasileira e assenta em areia movediça seus “fundamentos”.



Caminho do solidarismo

A camisa-de-força da macroeconomia reduz a política econômica à agenda micro, à melhoria do “ambiente de negócios”, às reformas institucionais que buscam “garantir os contratos”, às iniciativas para mostrar o país como lugar seguro para os investimentos estrangeiros. À preocupação com as reformas microeconômicas corresponde o

A estrutura tributária continua regressiva e a reforma agrária não sai do lugar. É necessário atacar imediatamente esses problemas

descaso com a produção e a demanda. Os investimentos não deslancham, o consumo é tolhido pelo desemprego e pela queda dos rendimentos do trabalho, e os gastos públicos são constrangidos por superávits primários draconianos. Comprimem-se os gastos sociais e investimentos públicos de um lado, para que de outro sejam abundantemente contemplados os interesses rentistas das elites.

É preciso reverter imediatamente esta política que produz uma alocação perversa dos recursos públicos, impedindo o desen-

volvimento da infra-estrutura do país e condenando os gastos sociais a uma dieta rígida, que impossibilita o necessário aumento da oferta de bens públicos e a melhoria de sua qualidade.

A política social não sofre apenas com a escassez de recursos. A adesão irrestrita ao receituário neoliberal torna-a também equivocada, consagrando a fratura social mais do que a atenuando. É preciso resgatar o verdadeiro sentido dessa política, colocando-a no caminho do solidarismo e da universalização dos bens públicos que constituem sua essência.

Finalmente, a ausência de um projeto nacional de desenvolvimento deixa intocada a conformação patrimonial e de renda do país. A estrutura tributária continua regressiva e a reforma agrária não sai do lugar. É necessário atacar imediatamente esses problemas, implementando mudanças que permitam a progressividade efetiva dos tributos e autorizando medidas que, há muito já existem, para que se comece a reverter uma estrutura agrária absolutamente inaceitável.

Todas essas medidas só se tornarão possíveis se o modelo neoliberal for abandonado. Como o Governo Lula nada fez para sinalizar essa alteração de rota, tendo ao contrário aprofundado ainda mais as amarras que prendem o País aos imperativos desse modelo, o custo da reversão é hoje muito mais elevado. Mas, à manutenção de uma situação econômica deplorável somam-se hoje o esgarçamento do tecido social e o aumento da tensão política,



produzidos fundamentalmente pela anomia na gestão da política econômica. Assim, para que o país não se afunde em uma crise institucional mais grave, é preciso enfrentar esse desafio e promover a imediata alteração da atual política econômica.

O governo tem justificado sua opção não apenas com o argumento de que não há outra saída, mas com a pregação de que este é o caminho correto, “cientificamente comprovado”, o único coerente com os supostos fundamentos da ciência econômica.

Os economistas reunidos no X Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, em Campinas (SP), vêm a público manifestar sua discordância da política econômica como um todo e sua indignação com os caminhos tomados pelo País, em um governo outrora considerado tão promissor do ponto de vista da construção da Nação e da afirmação de sua soberania. Reiteram que não há paradigma único em ciência econômica, assim como não há caminho único em política econômica.

Alternativas existem hoje, como existiam há dois anos e meio. Ter optado pelo curso que levou à atual situação foi uma questão de escolha política e perseverar nele significa compactuar com a mesma agenda anti-social e antinacional aberta nos anos de 1990.

Campinas, 26 de maio de 2005 ■

**Para abrir as portas
do mercado, nós já
abrimos as inscrições.**

VESTIBULAR JULHO

CIÊNCIAS CONTÁBEIS • ADMINISTRAÇÃO • ECONOMIA

Inscreva-se já. Prova 31/07/2005.

Faculdade Moraes Júnior

Há 40 anos habilitando profissionais
para inserção no mercado de trabalho.

Descontos nas mensalidades:

- 30% para ex-alunos
- 25% para transferência externa e diplomados
- 10% para pontualidade no pagamento



2509 0581 / 2221 8386 • www.moraesjunior.edu.br

NOTÍCIAS DO CORECON

Cursos **investem** na qualificação

Conselho vem promovendo cursos de qualificação nas instalações do 16º, que foram reformadas e ampliadas para atender maior número de alunos e profissionais

Introdução à filosofia, estatística e matemática financeira são alguns exemplos dos cursos que vêm sendo promovidos pelo Corecon-RJ. Um dos que tem maior procura é o que prepara estudantes e profissionais para os exames da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec). Com aulas todos os dias, de 18h45 às 21h30, o curso da Anpec vai de janeiro a outubro, com carga horária de 577 horas/aula.

“O curso da Anpec prepara o aluno que vai fazer mestrado em Economia. Seguimos o conteúdo das provas já realizadas, oferecendo aulas de macro e microeconomia, matemática e estatística. A Anpec é um órgão que centraliza todo o mestrado em Economia, no Brasil”, afirma Creuza Stephen, secretária de cursos. Segundo ela, o curso do Corecon-RJ tem um nível de aprovação muito alto, cerca de 70%.

Cursos complementam o ensino

“O Conselho decidiu criar a Secretaria de Cursos para qualificar os economistas. Todos eles são de aperfeiçoamento em economia. A prioridade é atender profissionais já formados e estudantes, possibilitando um melhor preparo profissional”, completou Stephen.

Pedro Metri, estudante de Economia da UFRJ, está fazendo o curso preparatório para Anpec. “Tem matérias que estão preenchendo algumas lacunas que ficaram em relação ao que aprendi na faculdade, como a de Cálculo. Isso é muito importante para uma prova como a da Anpec que, geralmente, tem muitas armadilhas. É a primeira vez que tento este exame e estou otimista quanto ao resultado. Temos professores muito bons, que mostram disposição e interesse”.

Para Lorena Cássia Barros, estudante de Economia da Rural (UFRRJ), o curso está sendo satisfatório e conciso, pois, “o que faltou na faculdade, eles estão cobrindo. Principalmente a matéria de Cálculo, que foi muito deficiente e aqui está sendo cumprida toda a ementa, indo além dela, o que a prova da Anpec exige”.

O professor Atílio Guaspari conhece bem estas dificuldades. Há 30 anos ensinando Estatística, ele frisou que o segredo é tornar o assunto mais leve, ou seja, desmistificar o medo que os estudantes têm sobre o assunto.

“O curso atende ao programa da Anpec. E como faço isso? Colocando a teoria de uma outra forma, mais fácil e mais lógica, pegando sempre os exercícios das provas anteriores. Esse curso tem alguma dificuldade por-

alunos. “No final do ano, apresento um balanço para os conselheiros, com a avaliação feita pelos participantes”, diz Stephen. A escolha dos temas é feita de acordo com a demanda apresentada por estudantes e profissionais, tendo o cuidado, inclusive, de organizar cursos cujos temas são atuais.

“Seguindo esta linha, temos o de Globalização Financeira e o de Regime Monetário: a experiência do real. Como funciona a escolha? Eu recebo uma proposta e encaminho



Fotos: Samuel Tosta

O curso da Anpec é um dos mais procurados por estudantes e profissionais de Economia

que, geralmente, os alunos tiveram um curso fraco de Estatística na faculdade. Minha aula é sempre muito brincalhona, com palavras simples. Assim fica mais fácil de entender”, disse ele ao *JE*.

Segundo semestre

Para o segundo semestre estão programados os cursos “Regime Monetário: teoria”; “Globalização Financeira”; “Introdução à Crítica da Economia Política”; “Tomada de Decisão em Projetos”, entre outros que estão sendo avaliados pelo Conselho. Todos os cursos são avaliados pelos

aos conselheiros. O plenário do Conselho tem comissões que acompanham as diversas atividades. Em nosso caso, quatro conselheiros estão à frente do trabalho, na Secretaria de Cursos”, conta.

Na última semana de junho foi realizado o curso “Economia e Meio Ambiente”. No programa, economia e meio ambiente, dilemas, desenvolvimento sustentável, proteção ambiental, gestão ambiental, recursos e conflitos e relação sociedade/meio ambiente.

Inscrições, ementas, conteúdos programáticos e outras informações podem ser obtidas através da página do Conselho na internet: www.corecon-rj.org.br. ■

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Pan para todos os gostos

Faltando aproximadamente dois anos para a realização do Pan de 2007, no Rio, cada vez mais cresce a mobilização e a discussão em torno da sua implementação. Tal mobilização parte tanto da iniciativa pública quanto da sociedade civil organizada.

Há uma corrente entusiasta, que vê os jogos como uma oportunidade de incentivo à atividade econômica e de ganhos financeiros, e uma outra, também entusiasta, porém, cautelosa e preocupada com o deslocamento das prioridades de gastos públicos para a estruturação do Pan e seus possíveis impactos. As mudanças profundas para toda a cidade serão capazes de ser um 'divisor de águas' da cidade, para o bem ou para o mal.

Dentre os seguidores da segunda corrente encontramos diversos segmentos da sociedade civil organizada, agrupados no Comitê Social do Pan, pesquisadores do Instituto Virtual do Esporte, de diversas universidades e representantes de movimentos sociais, inclusive, de moradores de áreas afetadas pelo evento vindouro. Seu objetivo central é intervir criticamente na implementação do Pan.

Um dos instrumentos a ser utilizado será de se reavivar a Agenda Social, criada por Herbert de Souza, o Betinho, em 1996, que ficou esquecida desde a perda da candidatura do Rio como cidade-sede das Olimpíadas de 2004. O foco principal desta iniciativa é formar um movimento social, que envolva a sociedade civil e o Governo, voltado para a melhoria da qualidade de vida no município.

Monitoramento do Pan

Quanto ao empenho do governo municipal, no que concerne à condução dos preparativos para o evento, houve a recente criação de uma secretaria exclusiva para tratar de assuntos pertinentes ao Pan, a Secretaria Especial Rio 2007.

Notamos que, aproximadamente, 35% da autorização de gastos aprovados pela L.O.A. para o Programa foram cancelados e remanejados para diversos Programas de Trabalho. Cabe ressaltar que não identificamos a quantidade específica para cada rubrica. Como o motivo dessa movimentação orçamentária não foi

LDO do Rio

Foi publicado o 16º projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Rio, com vistas ao exercício financeiro de 2006. A LDO é elemento central na definição de políticas públicas. Entretanto, o tratamento recebido por ela nessas 16 edições está mais para um mero cumprimento burocrático e de pouca utilidade para o planejamento governamental do que para um importante instrumento de avaliação e fiscalização da atuação pública em nossa cidade.

Tal postura é verificada a cada ano na impossibilidade de se identificar a(s) prioridade(s) governamental (is), no disfarce do destino dos recursos públicos, decorrente de alteração na legislação tributária e na falta de avaliação dos programas executados. Este ano, por ser o primeiro do atual mandato, a pouca relevância da LDO é agravada pela ausência de metas e prioridades, explicada pelo descompasso (verdadeiro) dos prazos entre o Plano Plurianual (30 de agosto) e a LDO (15 de abril) uma vez que o segundo diploma legal é subordinado ao primeiro. Porém, consideramos injustificável a ocultação do que é prioritário para 2006.

De toda sorte, o fórum apresentou, como de praxe, sugestões de emendas no sentido de evidenciar as prioridades, aprofundar a participação popular no processo orçamentário e clarificar os dados orçamentários. Destacamos, porém, uma emenda inspirada e sugerida pelo Comitê Social do Pan, a qual determina a priorização dos gastos municipais com a implementação dos Jogos.

Orçamento da União

A proposta de LDO para vigorar no último ano do Governo Lula tem um mérito inquestionável (e diferente das cariocas): apresentar de forma clara e objetiva a sua prioridade e meta central para 2006. A leitura do *caput* do art. 2º não deixa margem para dúvida de que a obtenção do superávit primário de 4,25% do PIB é o elemento determinante da ação governamental. Suplementarmente foi inserido um dispositivo limitador dos gastos sociais em 17% do PIB. Há ainda um inédito teto para a receita, estimada em 16% do PIB.

A explicitação de tais objetivos demonstram que a política econômica adotada segue à risca os parâmetros norteadores do Consenso de Washington e impostos pelos organismos multilaterais aos países em desenvolvimento, qual seja: disciplina fiscal, redução dos gastos e reforma tributária. Destarte, fica fácil entender o porquê da não renovação do acordo com FMI, pois a "austeridade", antes uma obrigação contratual internacional, agora é fixada por força legal.

O Fórum Brasil de Orçamento, discordante da prioridade governamental, apresentou sugestão de emenda que enfrenta a política econômica ao propor a supressão do art. 2º. Tal qual o FPORJ faz na cidade do Rio o FBO também apresentou sugestões de emendas objetivando a valorização das competências constitucionais da LDO.

Dotação Inicial – aprovada pela Lei Orçamentária Anual (LOA):			
		81.631.170,00	100%
Cancelamentos da Dotação Inicial:	(-)	28.318.766,63	35%
Acréscimos à Dotação Inicial:	(+)	654.000,00	1%
Valor Contingenciado:	(-)	2.066.526,05	3%
Dotação Atualizada:	(=)	51.899.877,32	64%
Valor Empenhado da Dotação Atualizada:		47.590.562,27	58%
Valor Liquidado:		24.447.160,16	30%

Valores de 01/01/2005 a 07/06/2005

explicitado nos decretos pertinentes, não podemos avaliar se isso significa um deslocamento de prioridade em relação aos preparativos para o evento. É preocupante, contudo, per-

ceber que a autorização de gastos retirada do programa voltado para o Pan não será reaproveitada em sua totalidade para Programas da Agenda Social. ■

DIA DO ECONOMISTA

Debate terá Stédile, Plínio e Coutinho

Um debate sobre a situação do país, da questão social à conjuntura política, vai marcar as celebrações do Dia do Economista. O encontro reunirá o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, o professor da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Filho, e o filósofo e também professor Carlos Nelson Coutinho, que vai abordar a questão política.

Antes do debate, abrindo as comemorações do Dia do Economista (13 de agosto) haverá entrega das premiações aos vencedores do XV Prêmio de Monografia Corecon-RJ, que neste ano recebeu o nome do economista Celso Furtado. A solenidade será realizada no próximo dia 11 de agosto. ■

Corecon seleciona economistas para o XVI Congresso

Corecon-RJ selecionará dois economistas para integrar a delegação da entidade que estará em Florianópolis, de 4 a 7 de outubro, participando do XVI Congresso Brasileiro de Economistas. A escolha será feita através da seleção dos dois melhores artigos sobre o tema "A economia regional: desenvolvimento do Rio de Janeiro". Os vencedores receberão passagens aéreas de ida e volta e estadia na capital catarinense.

Os interessados devem enviar os artigos em até 10 mil caracteres, espaço simples, na fonte "Times New Roman", em corpo 12. O prazo para inscrição é até 30 de agosto e os artigos devem ser enviados para o correio artigosxvicbe@corecon-rj.org.br, com nome e endereços completos e o registro de economista. Os dois artigos selecionados serão publicados no Jornal dos Economistas. ■

Concurso público tem inscrição prorrogada

Foram estendidas até 15 de julho as inscrições para o concurso público do Corecon-RJ. São três vagas para auxiliar administrativo (salário de R\$ 1 mil), duas para economista (R\$ 2 mil), uma para bibliotecário (R\$ 1,5 mil) e uma vaga para secretária (R\$ 1,5 mil). Para auxiliar administrativo, a taxa de inscrição é de R\$ 25; para bibliotecário e secretária, R\$ 35; e economista, R\$ 50.

As inscrições podem ser feitas das 9h às 16h30, em dois endereços: Rio Offices – Rua México, 168/4º e Avenida Rio Branco, 109/16º, Centro.

Mais informações com a Cetra – Concursos Públicos, Consultoria e Administração – pelo telefone 2102-8208 (Fábio, Eduardo ou Ana Paula) ou na página www.economistas.org.br

CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2005

Globalização Financeira: impactos macroeconômicos e mecanismos de defesa – de 1º de agosto a 5 de setembro – às segundas-feiras, das 18h30 às 21h30 – Professores Jennifer Hermann e João Sicsú - Curso de 18 horas-aula-R\$150,00 (para Economistas e estudantes de Economia registrados e em dia) R\$175,00 (para os não registrados no Conselho e demais áreas profissionais)

História do pensamento econômico: grandes pensadores - de 23 de agosto a 18 de outubro - de 14h às 16h50 – Professor André Guimarães Augusto - Curso de 24 horas-aula- R\$180,00 (para Economistas e estudantes de Economia registrados e em dia)- R\$220,00 (para profissionais de outras áreas e economistas e estudantes não registrados).

Regimes monetários: teoria – 1º módulo – 4 a 25 de julho **Regimes monetários: experiência do Real** – 2º módulo – 4 a 25 de outubro Professor André de Mello Modenesi - Curso de 12 horas-aula – cada módulo- R\$120,00 (para Economistas e estudantes de Economia registrados e em dia)- R\$150,00 (para outros profissionais e Economistas e estudantes não registrados)

Introdução à crítica da economia política: o pensamento de Karl Marx – de 4 de agosto a 22 de setembro - às quintas-feiras – de 18h45 às 20h30 – Professores Pablo Bielschowsky e Rodrigo Castelo Branco - Curso de 16 horas-aula- Para Economistas e estudantes de economia registrados e em dia: R\$90,00- Para outros profissionais, estudantes de economia não registrados: R\$110,00

Tomada de Decisão em Projetos - dias 6, 20 e 27 de agosto – 10, 17 e 24 de setembro; e 1 e 8 de outubro – sábados - de 9h30 às 12h20 - Professor Eduardo Sá Fortes - Curso de 24 horas-aula- Para Economistas e estudantes de economia registrados e em dia: R\$170,00- Para outros profissionais, estudantes de economia não registrados: R\$210,00

Matemática Financeira: tópicos avançados - 16 de agosto a 4 de outubro de 2005 - Aulas às terças-feiras, de 18h45 às 21h30 - Professora Sílvia dos Reis Alcântara Duarte - Curso de 24 horas-aula- Para Economistas e estudantes de economia registrados e em dia: R\$170,00- Para outros profissionais, estudantes de economia não registrados: R\$210,00

Curso Aperfeiçoamento em Estatística - de 19 de agosto a 7 de outubro - as sextas-feiras - de 18h45 às 21h30 - Professora Márcia Marques de Carvalho - Curso de 24 horas-aula- Para Economistas e estudantes de economia registrados no Conselho: R\$180,00- Para profissionais de outras áreas e economistas e estudantes não registrados: R\$220,00

O pensamento econômico de Keynes - de 12 de setembro a 31 de outubro de 2005 - às segundas-feiras - de 18h45 às 20h30 - Professores Jennifer Hermann e João Sicsú (entre outros) - Curso de 16 horas-aula- Para Economistas e estudantes de economia registrados no Conselho: R\$130,00- Para profissionais de outras áreas e economistas e estudantes não registrados: R\$155,00

Uma introdução ao pensamento trágico: a crise da razão e dos valores no mundo contemporâneo - de 14 de setembro a 30 de outubro - às quartas-feiras – de 18h45 às 21h30 – Sob a coordenação de Miguel Angel de Barrenechea tendo como professor convidado Luiz Celso Pinho - Curso de Filosofia de 30 horas-aula- Para Economistas e estudantes de economia registrados no Conselho: R\$250,00- Para profissionais de outras áreas e economistas e estudantes: R\$280,00

Adicione o endereço <http://www.economistas.org.br> em seus Favoritos Viste a página para obter os conteúdos programáticos e fazer inscrições